

A interação na Câmara Municipal de Piripiri - PI: as pistas de contextualização e o uso das estratégias de polidez

Maria Vitória Martins Souza¹

RESUMO: As interações em contextos institucionais constituem-se numa dinâmica própria envolvendo os sujeitos participantes por meio do emprego de construções linguísticas específicas, apropriadas àquilo que se passa no momento da interação. A partir dessa compreensão, este trabalho tem como objeto de estudo as interações linguísticas nas sessões ordinárias que se efetivam na Câmara Municipal de Piripiri – PI. O objetivo é investigar a dinâmica interacional verificada nas sessões ordinárias da Câmara Municipal de Piripiri - PI enquanto contexto institucional, com ênfase nas estratégias de polidez. Para isso, como objetivos específicos: identificar as pistas de contextualização empregadas na interação e analisar as estratégias de polidez mobilizadas pelos participantes. O alicerce teórico do estudo são os postulados da Sociolinguística Interacional proposta por Gumperz (1982) e seguidores, buscando, ainda, apoio em Levinson (1989), Brown e Levinson (1987), Goffman (1980), em alguns conceitos, ainda, de Hymes (1964). A coleta de dados corresponde aos meses de maio e junho de 2022 no qual foram empregados instrumentos da pesquisa qualitativa com viés etnográfico a seguir, a observação, anotações de campo e gravações das sessões. Os resultados apontam para o emprego das estratégias de polidez de forma a construir narrativas que suavizam enquadres de confrontos para além de caracterizar esses cenários como contextos institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Interação. Contextos institucionais. Câmara Municipal. Pistas de contextualização. Teoria da polidez.

1. INTRODUÇÃO

A interação em contextos institucionais apresenta uma dinâmica própria mediante a ritualização da atividade de fala dos sujeitos envolvidos por meio do emprego de construções linguísticas que partem do uso da polidez para a mediação e prevenção de conflitos. A partir desse contexto em específico, nota-se que há a mediação dos turnos de fala e um roteiro previamente estabelecido que rege esse processo. Nesse ínterim, a Câmara Municipal de Piripiri - PI, como contexto institucional, apresenta as características linguísticas e paralinguísticas que permitem visualizar como acontece essa dinâmica de fala-em-interação em ambiente formalizado.

A partir dessa compreensão, este trabalho tem como objeto de estudo as interações linguísticas nas sessões ordinárias que se efetivam na Câmara Municipal de Piripiri – PI, com ênfase nas estratégias de polidez desenvolvidas pelos participantes. O objetivo geral é investigar a dinâmica interacional verificada nas sessões ordinárias da Câmara Municipal de Piripiri - PI.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: vitoria.sous@outlook.com

Para isso, como objetivos específicos: identificar as pistas de contextualização empregadas na interação para marcar os enquadres e analisar as estratégias de polidez mobilizadas pelos participantes nas sessões ordinárias para a manutenção/ameaça de faces nesse contexto.

O alicerce teórico desse estudo são os postulados da Sociolinguística Interacional proposta por Gumperz (1982) e seguidores, buscando, ainda, apoio em Levinson (1989), Brown e Levinson (1987), Goffman (1980) e, em alguns conceitos, ainda, de Hymes (1964). A coleta de dados corresponde aos meses de maio e junho de 2022 no qual foram empregados instrumentos da pesquisa qualitativa com viés etnográfico a seguir, a observação, anotações de campo e gravações das sessões.

O presente trabalho empregou a observação participante e as gravações das sessões ordinárias disponibilizadas na página oficial da Câmara Municipal de Piripiri, no Facebook, como coleta de dados necessária para as análises. Importante esclarecer que de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa (doravante CEP), as pesquisas que utilizem informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (doravante CNS) 510/16, estão dispensadas da obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, citada se refere às autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Por isso, este trabalho, por lidar com sessões públicas, foi dispensado do respectivo comite

Por motivos didáticos, este artigo está dividido em tópicos que busquem facilitar o desenvolvimento do trabalho. Dentro desta introdução, têm-se um breve subtópico que trata do objeto de estudo selecionado, a Câmara Municipal de Piripiri. Em seguida a fundamentação teórica está denominada como a Sociolinguística Interacional na base dos estudos interacionais e, posteriormente, como subtópicos: pistas de contextualização e interação face-a-face e a teoria da polidez. Depois têm-se as análises em dois grandes tópicos, a seguir: a descrição analítica das pistas de contextualização nas sessões ordinárias e, em seguida, o uso das estratégias de polidez pelos participantes. Cada fala transcrita no decorrer das análises está destacada e representada por F (fala) e seu respectivo número de apresentação. No final há as considerações finais. Essa divisão reflete as etapas do trabalho e permite contemplar os objetivos estipulados.

1.1 A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRIPIRI

Sediada no município de Piripiri, no interior do estado do Piauí, a Câmara Municipal, como instituição legislativa, apresenta um alto grau de formalidade do uso da Língua Portuguesa. Essa Câmara, como ambiente legislativo, é o local onde a formulação e fiscalização de leis e projetos municipais acontecem. Como se verá, pelas exigências do contexto institucional que implica o uso formal da língua e da comunicação por meio das estratégias de polidez, nesse cenário, nota-se que nas sessões realizadas pode-se visualizar negociações entre os membros que empregam uma fala polida para mediar seus interesses.

Na gestão presente, 2021-2024, de acordo com a Lei Orgânica, há o total de 15 (quinze) parlamentares ativos. Estes são considerados como representantes e porta-vozes dos cidadãos piripirienses e ao mesmo tempo seguem o estatuto do partido ao qual cada um pertence. A Câmara, por lei, realiza audiências e sessões tanto de caráter público como privado a depender dos temas que serão discutidos. Nas sessões ordinárias, por exemplo, é estimulado a participação da população seja em caráter individual como em coletividade. Por sua vez, estas mesmas sessões são presenciais e transmitidas *online* para participação e divulgação das atividades, semanalmente.

2. A SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL NA BASE DOS ESTUDOS INTERACIONAIS

A Sociolinguística Interacional é uma vertente da Sociolinguística que estuda a interação comunicativa e sua organização. De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), as pesquisas de Erving Goffman e John Gumperz contribuíram para o estabelecimento teórico da recente subárea que se alimenta dos postulados da etnografia da comunicação, representada por Dell Hymes. Dessa forma, “nasceu de aproximadamente dez anos de estudos de campo da comunicação verbal [...] originalmente destinado a responder a perguntas e testar hipóteses decorrentes de trabalhos etnográficos anteriores sobre a realização de categorias sociais em linguagem” (GUMPERZ, 1982, p. 7, tradução nossa) que permitiu o surgimento dos estudos interacionais a partir dessa perspectiva etnográfica.

Por sua vez, Figueroa (1994) explicita que a Sociolinguística Interacional é um campo que atravessa diversos estudos sociolinguísticos, mas que se diferencia deles pelo estudo da interação face a face. Portanto, em sua gênese, a Sociolinguística Interacional é um campo que se estabeleceu no entremeio dos postulados da sociolinguística laboviana, mas que a *grosso modo* vai além da tradicional análise quantitativa ao considerar a comunicação face a face para além do ato individual na perspectiva de análise discursiva. Dessa forma, “as variáveis sociolinguísticas são elas próprias constitutivas da realidade social e podem ser tratadas como parte de uma classe mais geral de signos indiciais que orientam e canalizam a interpretação da intenção” (Gumperz, 1982, p. 25, tradução nossa).

De acordo com Ribeiro e Garcez (1998), o discurso é abordado como não-estático, ou seja, a interação é o palco da construção de significados sociais que se tornam interesse tanto do lado linguístico como do sociológico. Portanto, os participantes da situação de comunicação, ao formular seus dizeres mediante as necessidades interpretativas do momento, irão definir os sentidos envolvidos e suas consequências no processo interativo. Assim, para os autores, trata-se de um processo simbólico que não está dado, mas sempre em construção, e aberto para as complexidades das relações sociais. Pode-se dizer que, mediante essa perspectiva do discurso, a interação não é um ato solitário, mas trata-se da conquista por espaço comunicativo, sujeito a interferências dentro da dinâmica com os outros participantes ativos.

2.1 PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

As pistas de contextualização, conceito formulado por Gumperz (1982), auxiliam na detecção das intenções comunicativas dos interlocutores. Essas pistas podem ser linguísticas, paralinguísticas e prosódicas que são constituídas de sinais compartilhados e enraizados culturalmente, como afirma o autor, “canalizada e restringida por um sistema multinível de sinais verbais e não verbais que são adquiridos e que ao longo da vida são automaticamente produzidos e intimamente coordenados” (Gumperz, 1998 [1982], p. 109).

Além disso, expressões físicas e corporais também estão envolvidos nesse processo. Gumperz (1998 [1982]) defende o processo de inferências conversacionais que utilizam traços marginais ao sistema da língua. Esse modelo teórico utiliza contribuições da Pragmática como, por exemplo, em relação aos estudos dos processos inferenciais em conversas espontâneas.

Dessa forma, o autor formula o termo pistas de contextualização como indicativos da intencionalidade e do desenvolvimento da comunicação. Essas pistas que permitem identificar os traços contextuais auxiliam na identificação das negociações, julgamentos e propósitos que ocorrem na interação, tudo isso na perspectiva de uma coerência interna regida por princípios.

Essa relação implica a ação linguística envolta na dinâmica social nos quais os falantes estão inseridos, ou seja, “a escolha do estilo de fala de um indivíduo tem valor simbólico e consequências interpretativas que não podem ser explicadas simplesmente correlacionando a incidência de variantes linguísticas com categorias sociais e contextuais determinadas independentemente” (Gumperz, 1982, p. 12, tradução nossa). Portanto, a habilidade de identificar contextos e manipulá-los é apoiada nessas pistas, ou seja, por meio dos elementos percebidos nas falas que permitem identificar sinais dos interlocutores, das mudanças de estilo, na organização, dentre outros que acontecem no decorrer da prática comunicativa.

Dessa forma, as pistas são “constelações de traços superficiais da forma da mensagem, são meios através dos quais os falantes e os ouvintes interpretam qual é a atividade” (Gumperz, 1998 [1982], p. 100). Além disso, a alternância de código, movimentos corporais, dialetos, prosódia, estilos, expressões faciais, olhares, escolhas lexicais, sintáticas, aberturas e fechamentos conversacionais, dentre outros indicadores, são indicativos do processo interativo, como apresentou o teórico. Portanto, essas pistas sinalizam ao ouvinte o quadro comunicativo em questão, orientando-o. Importante mencionar que essas pistas podem ser divididas da seguinte forma: pistas linguísticas, paralinguísticas (ritmo, pausa, hesitação...), pistas prosódicas (acento, tom...) e pistas não-vocais (gesticulação, direcionamento do olhar, proximidade...). Esses sinais são explícitos e de uso compartilhado por convenção.

A partir das pistas pode-se determinar o enquadre da situação, como afirmou Goffman (2012). De acordo com Ribeiro e Garcez (1998), foi Gregory Bateson que primeiramente utilizou o termo ‘enquadre’, por volta de 1955, de cunho psicológico, que permite captar o grau de ambivalência que acontecem nos processos comunicativos e também nas relações de subordinação entre as mensagens. Nesse caso, o enquadramento psicológico, como defende os autores, seria a delimitação de mensagens ou de ações significativas no contexto de comunicação. Dessa forma, o enquadre pode ser visto como um quadro geral onde cada pista leva ao participante a uma determinada visão do processo comunicativo, o que supõe uma forma de interpretar.

2.2 INTERAÇÃO FACE-A-FACE E A TEORIA DA POLIDEZ

A teoria da polidez parte da teoria das *faces*, conceito primordial que se encontra como base para que os sujeitos empreguem estratégias em vista de construírem, manterem e alterarem as imagens de si e a dos outros participantes em uma interação. Goffman (1967) conceitua a face como uma noção ativa no processo interativo. De acordo com o autor, cada participante engajado em uma situação determinada de comunicação constrói imagens de si e as projeta mediante seus interlocutores.

Para isso, os comportamentos verbais e não-verbais são a base para a construção de julgamentos e opiniões entre os membros. Essa noção de face pode ser descrita como “valor social positivo que a pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico” (Goffman, 1980, p. 58). Dessa forma, é um comportamento que se assume mediante os demais e que pode mantido, alterado e constantemente atualizado. A face pode ser voltada para o ‘eu’ ou para o ‘outro’. Dessa forma, na tentativa de manter a sua face, o participante pode ser impolido no sentido de fazer o outro perder a sua face correspondente em prol de manter a de si mesmo.

Portanto, a coerência da face é que permite a sua manutenção, já que “quando a linha que uma pessoa efetivamente segue apresenta uma imagem de si mesma internamente consistente” (Goffman, 1980, p. 64). Isso pode ser acrescentado, como defende Goffman (1980), pelo processo de sustentar a impressão de que a face está mantida ainda que se tenha a impressão de perda. Os sentimentos de vergonha, inferioridade, entre outros, são em parte pela inadequação da face, assim, “uma pessoa está na face errada quando surge uma informação acerca de seu valor social que não pode ser integrada, mesmo com esforço, à face que está sendo sustentada” (Goffman, 1980, p. 70). Dessa forma, há a ameaça de perda de prestígio e reputação.

Nessa construção de faces, os sujeitos tomam para si efeitos de sinceridade, honestidade, dentre outros, que positivem sua imagem mediante aos demais nesse empenho de suas narrativas. Goffman (1980) defende que as falas de cada um podem ser contrárias aos desejos da face do outro. Nesse ponto, fala-se de regras de trânsito da interação social, defendido pelo teórico, quando se trata da projeção do *self* e a dos demais em prol de imagens positivas.

Nessa perspectiva, Brown e Levinson (1987) partem dessa noção de face para a teoria da polidez. A *grosso modo*, os sujeitos as moldam mediante o desejo duplo de face negativa e de

face positiva voltadas para a preservação das relações interpessoais já que “assim, o rosto é algo que é emocionalmente investido, e que pode ser perdido, mantido ou aprimorado, e deve ser constantemente atendido na interação” (Brown; Levinson, 1987, p. 311, tradução nossa). De acordo com os autores, de forma geral, há uma cooperação mútua entre os interagentes para a manutenção dessas faces. Entretanto, quando surgem ameaças, cada indivíduo, ou uma parte deles, podem empregar estratégias para manterem a integridade de suas faces ou em defesa de outras que não sejam as próprias.

Dessa forma, esses indivíduos querem realizar ações de forma livre, mas ao mesmo tempo necessitam da aprovação dos demais. Portanto, ainda que queiram agir, por mais que vá em contrário aos desejos dos outros, necessitam evitar os conflitos que podem surgir e, por isso, mediante a construção de uma face positiva que busca a aprovação, evitam ir em contra as expectativas dos demais. Como explicita Kerbrat-Orecchioni (2006), o narcisismo dos participantes é a preocupação com a sua imagem positiva que está voltada para a apreciação.

1 'Face', a autoimagem pública que cada membro quer reivindicar para si mesmo, consistindo em dois aspectos relacionados:

(a) Face negativa: a reivindicação básica aos territórios, preservações pessoais, direitos à não distração – ou seja, à liberdade de ação e liberdade de imposição

(b) Face positiva: a autoimagem positiva consistente ou "personalidade" (crucialmente incluindo o desejo de que essa autoimagem seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interagentes.

2 Certas capacidades racionais, em particular modos consistentes de raciocínio dos fins aos meios que alcançarão essas extremidades (Brown; Levinson, 1987, p. 311, tradução nossa).

Assim, a face negativa seria esse desejo de ação desimpedida, as particularidades que os interagentes não desejam expor na interação por ameaçarem o *self*, enquanto a positiva seria o desejo de aprovação, e mais além, de não perder e/ou ganhar a apreciação dos demais. Essas premissas repousam na não-imposição face, ou seja, que deseja a aprovação, mas que não a obriga, ao contrário, empregará as estratégias de polidez em vista de ‘conquistar’ essa aceitação por parte do interlocutor. Essas faces podem ser ameaçadas quando, por exemplo, há a desaprovação ainda que a face positiva tenha sido mobilizada. Essa dinâmica ainda é acrescentada pelas faces positivas e negativas dos interlocutores envolvidos.

Portanto, a teoria da polidez está relacionada aos processos de elaboração da face, como explicitou Goffman (1967), como estratégias de preservação. De acordo com o autor, a face é a autoimagem dos sujeitos construída mediante a interação entre os indivíduos, seguindo os padrões socialmente aceitos detectados durante uma conversação entre os envolvidos. Portanto, ser polido está justamente no equilíbrio entre a face negativa, ou seja, a preservação pessoal, os desejos privados, e a face positiva que seria a autoimagem voltada para apreciação pública.

Portanto, Brown e Levinson (1987) defendem a polidez como modo de conciliação entre os membros em busca da preservação de suas faces e para isso, o emprego da polidez, como defendem os autores, surge justamente mediante os atos ameaçadores. Tanto Goffman (2013) quanto Brown e Levinson (1987) falam de estratégias de polidez que podem ser utilizadas quando suas faces estão ameaçadas ou não. Estas podem ser várias e empregadas mediante as necessidades de preservação. As faces podem ser positivas e negativas, a seguir.

Estratégias positivas de polidez:

Aviso, atender a H (seus interesses, desejos, necessidades, bens); exagero (juros, aprovação, simpatia com H); intensificar o interesse por H; usar marcadores de identidade em grupo, buscar acordo; evitar discordância; pressuposto/levantar/afirmar um terreno comum; piada; afirmar ou pressupõe o conhecimento de S de e preocupação com os desejos de H; oferecer, prometer; ser otimista; incluir tanto S quanto H na atividade; dar (ou pedir) razões; assumir ou afirmar reciprocidade; dar presentes a H (bens, simpatia, compreensão, cooperação).

Estratégias de polidez negativa:

Seja direto/convencionalmente indireto; questione; ser pessimista; minimizar o tamanho da imposição em H; dar deferência; pedir desculpas; impessoal S e H: evite pronomes 'Eu' e 'você'; nominalizar; ir no registro como incorrer em uma dívida, ou como não endividando H (Brown; Levinson, 1987, p. 323, tradução nossa).

Dessa forma, demonstrar atenção ao que o interlocutor está falando, dentre outras estratégias citadas fazem parte da polidez positiva, ou seja, voltada para a harmonia do diálogo, evitando desacordos. A configuração resulta na retificação em relação ao ouvinte, ou seja, a preservação e o reconhecimento do interlocutor, priorizando sua imagem, demonstrando-o que pertence ao grupo, como semelhante. Dessa forma, suas opiniões, seus desejos, são respeitados pelo falante que pode falar por si e/ou pelos demais como parte da construção da polidez positiva.

De acordo com Brown e Levinson (1987) essa estratégia também é utilizada como meio de conquistar a confiança do(s) ouvinte(s) e chegar a acordos. Nesse ponto, o falante pode chegar a ter seu desejo realizado mediante barganha, por exemplo, um sujeito A necessita de algo por parte de B e para convencê-lo ganha a sua confiança através de desejos em comum e, assim, se B realiza o que propõe A ele também terá um desejo realizado. Portanto, abre-se mão da agressividade. Entretanto, para que essa estratégia seja eficaz, o ouvinte, necessariamente, não deve ter sentimentos hostis contra o falante. Isso porque se um sujeito despreza o outro sua intenção é diferenciar-se dele, ou seja, não pertencer ao grupo ou compartilhar dos seus pensamentos e desejos. Portanto, interesses em comum, cooperação e realização dos objetivos do outro resumem essas estratégias de polidez positiva.

Por sua vez, ser direto e minimizar o que o outro tem a dizer, sua perspectiva, seus desejos, são formas de estratégia de polidez negativa voltadas para o uso dos atos ameaçadores da face como forma de manter o 'eu' preservado em detrimento do outro. A orientação, de acordo com Brown e Levinson (1987), parte da satisfação da face negativa do ouvinte no sentido de defesa da liberdade, da imposição do espaço próprio. Nesse caso, há um distanciamento entre os participantes por meio de restrição comunicativa, das formalidades, dentre outros. Nota-se suavizações por meio do uso de impessoalidade e formas passivas na produção dos enunciados. Dessa forma, os atos de agressão à face ou *face-threatening acts* (doravante FTAs), empregam grupo de estratégias que estão entre o grau máximo de agressividade, ou seja, sem a intenção de reparação, e o grau diminuto de agressão com vista a uma reparação. Portanto, como defendem Brown e Levinson (1987), os FTAs empregados que transitam nessa escala são: falas diretas, suavizações, retificações, dentre outros.

Portanto, Brown e Levinson (1987) afirmam que o emprego de alguma estratégia de polidez é embasado mediante os custos e os possíveis benefícios mediante o grau de agressão à face. Já que o emprego, como defende os autores, implicará diretamente nas próprias faces positivas e negativas do falante em relação ao seu ouvinte. Isso implica a restrição de liberdade dos envolvidos, a aceitação entre eles. Essas situações serão medidas pelas necessidades do contexto.

Por sua vez, a expressão indireta do falante por meio de atenuações, ironias, incompletudes, dentre outros, abre possibilidades de significados. Na negociação dos sentidos a interpretação feita pode ser cancelada já que se trata de uma fala indireta.

Além disso, empregar indiretas leva os ouvintes a considerarem o falante como não coercitivo. Esse uso também permite a isenção de responsabilidade de agressão à face contanto que não se chegue a negar a interpretação do ouvinte. Há o risco de que o ouvinte não consiga compreender justamente pela amplitude de significados o que também compromete o falante. Portanto, mediante os riscos, a indireta pode ser considerada resumidamente como estratégia de preservação das faces desse falante e ao mesmo tempo do ouvinte pela possibilidade de cancelamento de interpretações. Entretanto, se o falante optar por não se arriscar a agredir a face do outro pode silenciar-se para não dizer o que deseja ou o que pensa, mas que, dessa forma, agride-se a si mesmo por ferir sua face negativa.

3. A DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO NAS SESSÕES ORDINÁRIAS

As pistas de contextualização permitem caracterizar as sessões ordinárias por meio da interação entre os membros nesse contexto. Cada participante a partir dos dizeres situa-se dentro da dinâmica e constrói, por sua vez, a sua própria narrativa mediante a interpretação do que dizem os demais. Assim, empregam pistas específicas dentro da institucionalização que é a Câmara Municipal e de seus papéis como legisladores. Portanto, cuidam de seus dizeres para que se enquadrem nesse gênero e consigam, ao mesmo tempo, corresponder expectativas e preservar as suas imagens.

Além disso, as pistas possibilitam entender como acontece essa interação dentro de uma sessão ordinária. Trata-se de interpretar e compreender a partir de fragmentos o que está sendo empregado na construção de uma fala de liderança, por exemplo, ou na mediação do presidente, na defesa ou na cobrança em torno de algum tema. O fragmento abaixo, na sua análise, permite chegar às características da interação a partir da fala do presidente. Este é o primeiro a se manifestar e é quem detém o poder de iniciar a sessão.

F 01 - PRESIDENTE: Senhoras e senhores, bom dia. Dando início aqui a sessão de hoje, declaro aberto os trabalhos da décima primeira sessão ordinária do segundo ano legislativo da vigésima primeira legislatura da Câmara Municipal de Piripiri. A ata da sessão anterior está à disposição dos senhores vereadores para a devida apreciação. Como não há nenhuma contestação, declaro a ata da sessão anterior aprovada vamos ouvir a leitura do pequeno expediente.

Através do uso verbal em primeira pessoa do singular, o presidente, por meio de sua investidura como tal, dá início à sessão, como visto em ‘declaro aberto os trabalhos’. Isso também se dá pela numeração exigida de classificação das sessões realizadas nesse mandato como se pode ver em ‘décima primeira sessão ordinária do segundo ano legislativo da vigésima primeira legislatura da Câmara Municipal de Piripiri’. O uso de numerais situa e indica a formalidade da sessão como momento ordinário de uma instituição.

Essa interação é marcada pela formalidade do controle da contagem. Isso constrói uma imagem de que há uma formalidade a ser respeitada que contrasta com uma interação informal, por exemplo, onde não se encontra esse tipo de informação. As pausas marcadas no cenário indicam linguisticamente a necessidade de retomar a leitura do script intercalada com os olhares empregados aos participantes já que se indica que essa fala é dirigida a elas em especial.

Por sua vez, o emprego de verbos como ‘autorizar’, ‘declarar’, ‘facultar’ são empregadas, como se verá nos cenários posteriores, em maior peso pelo presidente da sessão manifestando o poder investido de manejar as possibilidades de interação. Além disso, o léxico manifestado, como ‘senhores’, ‘apreciação’, marcam a formalidade exigida pela dinâmica de apresentação e receptividade empregada pelo mediador. Essa fala manifesta, para além desse aspecto formal, a necessidade de informar e esclarecer temas a serem tratados justamente porque esse gênero sessão ordinária é constituída de um objetivo exclusivo e direcionado para uma prática. Assim, os participantes são enquadrados nessas possibilidades de assunto. Nesse caso, todos voltados para temas de assunto público. Em geral, essa apresentação e autorização do início da sessão é marcada pela cordialidade, formalidade e recepção dos presentes através de um caráter informativo.

A próxima fala permite visualizar o manejo dos turnos de fala dentro das sessões.

F 02 – SECRETÁRIO:

sessão solicitando reforma e cobertura da quadra da localidade Cupins.sem mais para o momento, presidente.

PRESIDENTE: Obrigado, vereador secretário pelos informes citados. A palavra está facultada para o grande expediente e os demais interessados podem fazer suas inscrições.

Ao final de sua apresentação, o secretário marca a finalização dos informes em ‘sem mais para o momento, presidente’. Portanto, com esse final o presidente volta a falar já que os demais

participantes até o momento não podem manifestar sua fala. Após esse momento, o presidente assume o turno e agradece o dizer do secretário como visto em ‘obrigado, vereador’ e parte para o seguimento da sessão quando fala ‘a palavra está facultada para o grande expediente’. Por meio de ‘está facultada’, ‘demais interessados’ e ‘podem fazer’ realiza a permissão de que os demais participantes têm a liberdade de falar, exclusivamente vereadores, e isso é visível pela marca ‘grande expediente’ no qual somente estes podem se inscrever. Importante frisar que essa fala ensaiada do presidente contrasta com a espontaneidade encontrada em outros dizeres desprovidos de roteiro.

Nesse cenário, como visualizado nas observações de campo, os demais participantes realizam atividades diversas, como escrever, rever papéis, consultar o telefone, enquanto esses procedimentos iniciais são realizados. O ambiente no qual todos se encontram permanece em silêncio esperando que algum participante manifeste alguma narração. A próxima fala permite visualizar como são distribuídos os turnos de fala e as pistas empregadas para identificar esses momentos.

F 03 - SECRETÁRIO:

Vamos retornar logo para terça feira porque o importante pra nós também é as pessoas acompanharem e nesse horário a gente vê muita pouca gente acompanhando as sessões viu e acho que dá pra gente, tá bom?

PRESIDENTE: A ideia já de retornar na próxima terça a gente viu aí que já que o inverno já deu uma melhoria nessa parte da tarde, né.

SECRETÁRIO: Obrigado.

PRESIDENTE: Mais alguém vai escrever?

Pode-se ver em F 03 que o do vereador, mediante o silêncio relativamente largo, fala sobre um tema que não remete ao solicitado. Por meio das pistas lexicais como ‘retornar’, ‘acompanhar’ e ‘pessoas’ apresenta-se um desvio de tema e, ao mesmo tempo, o aproveitamento para manifestar outro assunto. Nessa fala pode-se notar uma fuga da formalidade ao visualizar sua fala como espontânea e majoritariamente informal quando diz ‘a gente vê’, ‘viu’, ‘acho que dá pra gente’ e ‘tá bom’. Logo é respondido pelo presidente que busca esclarecer a situação como visto em ‘já de retomar na próxima terça’ e ‘inverno já deu uma melhoria’ de maneira espontânea. Isso provoca o ‘obrigado’ tímido do secretário. Essa conversação breve que sai do roteiro inicial rapidamente é deixada de lado quando o presidente, em sua próxima fala, questiona se haverá alguma outra solicitação. Isso retoma o objetivo inicial de busca por inscrições. O próximo fragmento apresenta a análise de uma das falas dos vereadores nessa sessão.

F 04 - VEREADOR 03:

(falando da mesa de conferências) (dirige-se aos demais) quero dar meu bom dia a todos os edis em nome da mesa do presidente, vice-presidente e secretário e a plateia que se encontra aqui, né. É, minha fala hoje é muito reduzida, primeiro vou falar da festa dos trabalhadores, né, que foi um sucesso, é coisa que a gente gosta, né, não é que ninguém gosta, todo mundo gosta.

Nesse segmento, o vereador 03, uma vez assegurado seu espaço narrativo pelo presidente e a partir do lugar de fala de liderança inicia com ‘quero dar meu bom dia a todos os edis em nome da mesa do presidente’ e demais autoridades de forma mais íntima quando marca os ‘edis’. Pelo seu tempo ser de 10 minutos avisa que sua fala será breve, como visto em ‘é, minha fala hoje é muito reduzida’.

Depois sua fala pode ser resumida com os agradecimentos aos últimos acontecimentos sobre a festa do pt ao qual quase todos os participantes se referem em seus dizeres. Nota-se um alinhamento de posicionamentos favoráveis em torno desse tema. Sua fala, pelas pistas como ‘é coisa que a gente gosta’, ‘todo mundo gosta’, mostra que seu discurso apresenta um grau maior de espontaneidade o que permite compreender uma opinião pessoal para além de seu posicionamento como vereador. Portanto, pode-se compreender que se trata de um alinhamento partidário. Interessante notar que os demais participantes que não fazem parte dessa coligação não felicitaram e nem tocaram nesse tema.

Nem sempre esses momentos são a regra na sessão. O próximo fragmento mostra um confronto de pequenas proporções entre os membros.

F 05 - VEREADOR 05: Vossa excelência falou aí e muito obrigado pela parte do asfalto da Padre Domingos. Então, ele parou ali e ficou próximo a Padre Freitas, mas vossa excelência sabe que após a avenida Avelino Resende volta pra Padre Domingos ou ficou só naquilo ali?

VEREADOR 03: uhum

VEREADOR 05: Se não me engano ali a Padre Domingos tem, né, mais de mil 127 metros.

VEREADOR 03: Ali o trecho

VEREADOR 05: E porque assim é tá tudo bem lá tá tudo crítico a Avelino, lá tá feio o negócio.

VEREADOR 03: uhum

VEREADOR 05: Por isso que eu tô falando.

VEREADOR 03: Tá, tá, foi ali interditado porque não tinha condição mais.

VEREADOR 05: É, mas são critérios. Porque concluir logo a Padre Domingos pra depois Avelino, então esperamos acredito que volte pra Padre Domingos.

VEREADOR 03: Importante que vai ser concluído.

VEREADOR 05: Com certeza, né. Tá no projeto e é obrigado a ser concluído.

VEREADOR 03: Sim, sim. Obrigado pela parte, vereador 05, e com certeza que levarei para o sujeito J que é, né, ver essas ruas pra tentar agilizar. Na hora. Obrigado pela parte.

Nessa parte da sessão, pode-se notar que as pistas de contextualização sinalizam um enquadre de confronto disfarçado. O participante 05 emprega pronomes de tratamento, como se nota em ‘vossa excelência’, mas demonstra um leve grau de desprezo em seu tom de voz. Além disso, o uso de ‘falou aí’ em referência ao tema citado pelo vereador 03 não é bem visto linguisticamente pois demonstra grau de importância inferior ao que é dito pelo colega.

O envolvimento emocional pode ser notado tanto por ‘ou ficou só naquilo ali?’ como pela observação de que os sujeitos na plenária se encaram de forma menos afetuosa, sinalizando uma ligeira rivalidade. O participante 03 responde à indagação, na linha 126, com apenas um murmúrio ‘uhum’, sem olhar diretamente ao seu questionador. Este, por ver que sua fala não foi respondida de imediato, enfatiza seu questionamento e é imediatamente interrompido sinalizando que o primeiro havia entendido o ponto apresentado pelo segundo.

Em seguida, nota-se que o vereador 05 realiza uma crítica ao primeiro de forma explícita ao dizer ‘por isso que tô falando’. As trocas de turnos, nesse ponto da conversação, já se dão de forma rápida, sem monólogos. O participante sinaliza o desencadear do confronto ao dizer ‘tá, tá, foi ali interditado porque não tinha condições mais’, marca que associa ao sentido de desprezo e/ou falta de importância mediante a fala como se estivesse com pressa.

Mediante esta fala, e nesse confronto breve, o vereador 05 sinaliza seu engajamento em contestar esse ponto da interdição ao dizer ‘é, mas são critérios’. Logo em seguida há uma troca de turno rápida por parte do participante 03 quando rapidamente diz ‘sim, sim, obrigado pela parte, vereador’. Nesse ponto, os participantes demonstram encerrar o tema quando o vereador 05 diz ‘com certeza, né’ e posteriormente o outro vereador fala ‘sim, sim’ e ‘obrigado pela parte’. Dessa forma, esse enquadre permite visualizar um distanciamento entre as partes que, apesar disso, termina em conciliação final, aparentemente.

4. O USO DAS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ PELOS PARTICIPANTES

As sessões ordinárias da Câmara são ambientes legislativos que, como tais, são constituídos pela representatividade de diferentes partidos políticos. Cada vereador tem oposições e alianças que tornam essa prática equilibrada. Essa característica parte do princípio democrático de participação de diversos setores da sociedade. Então, dentro desse contexto institucional encontram-se oposições entre os membros que por mais que sejam parte de uma mesma comunidade são representantes de narrativas diferentes sobre a mesma. Assim, têm-se como característico os embates e as propostas diversas que permitem as cobranças, os ataques e os apoios entre esses membros.

Dessa forma, a polidez nesse ambiente é estudada dentro das expectativas que esses vereadores precisam corresponder no que tange ao trato com os demais independente do tema debatido. Isso porque como figuras públicas é esperado desses participantes o respeito e o saber dizer quando se trata de representar, mais do que um partido, um estrato da sociedade piripiriense. Por vezes, falta-se o respeito com os demais, mas de forma geral, esses participantes, por serem conhecidos para além da prática legislativa, são educados e respeitosos entre si.

Para além dessa visão geral, nota-se, como se verá, que empregam diversas estratégias de preservação de suas faces mediante a expectativa citada que os enquadra em um padrão de comportamento. Seja para a defesa de suas faces tanto positiva como negativa quanto pela tentativa de evitar agredir a dos outros, como pode-se ver nos fragmentos, empregam-se meios para convencer os demais a partir de suas falas de liderança.

O diálogo, por sua vez, como visto, é limitado porque predomina-se a fala mediada pelo tempo de 10 minutos para cada vereador. Portanto, em uma fala, pela falta de feedback verbal dos demais, esses vereadores precisam jogar com as próprias antecipações que seus dizeres podem provocar para construir suas narrativas. Portanto, na medida do possível será selecionado fragmentos que apresentem maior número de troca de turnos.

As falas, a seguir, permitem visualizar o uso das estratégias de preservação das faces.

F 06 - SECRETÁRIO:

E nós trouxemos aqui um relatório onde a gente quer aqui apresentar e logo a gente vai fazer a entrega oficial do antes e do depois das reformas e aqui já se foi falado muito e muito se foi colocado a mão de tinta e pintado de verde,

que foram feitos isso aqui então queria mostrar com fotos realmente a realidade. Então, é assim, é você não aceitar, né, vereador 04, é convencer que está sendo um bom trabalho feito na educação, né não, não custa nada. respeito e compromisso pela educação. As pessoas acabam torcendo contra deixando de fazer e eu já vi muitas críticas por essa reforma. Vossa excelência fez uma creche lá no caldeirão e veio um secretário e fechou. Então, infelizmente, ainda temos essas gestões retrógradas e ruins pro nosso município. Será que quem fechou a escola e eu já ouvi muito vereador falar bobagem aqui, desmerecer, né, né, será que quem faz um desserviço desse pela educação, já ouvi muita gente aqui falar de analfabeto, e assim, será que tem respeito e compromisso pela educação.

Em seguida, o presidente assume o turno de fala para que possa permitir o direito de resposta ao vereador acusado.

F 07 - PRESIDENTE: Em votação os requerimentos apresentados em plenário pelos vereadores, quem for pela aprovação permanecem assim como estão e quem for contra se manifeste. Requerimentos aprovados. Concedo a palavra ao vereador 05 em seu termo de liderança.

Somente a partir dessa autorização do presidente da sessão que o próximo vereador iniciou a sua fala.

F 08 - VEREADOR 05: É muito difícil a gente legislar desta maneira. E mais, ninguém atacou ninguém (alteração na voz, exaltação, apontando o dedo) Vereador secretário, vou dizer seu nome, você é analfabeto da educação, vossa excelência abra as escolas, vereador, é, abra as escolas, pode usar seu tempo, eu tô lhe dizer pra você usar. Vossa excelência é um analfabeto na educação, se insiste, pois, reabra as escolas. Porque que vossa excelência não reabriu aqui o Angical do DNOCS, reabra vereador. Vossa excelência não conhece lei, uma lei federal, insiste em encher linguiça aqui nessa casa, é muito difícil. Quando a gente fala aqui uma crítica construtiva vem um ataque. Eu tô dizendo, ninguém pode dizer nada aqui.

Esse cenário permite compreender os usos da polidez como meio decisivo de remediação e enfrente dos conflitos gerados. Na fala do participante ‘as pessoas acabam torcendo contra deixando de fazer e eu já vi muitas críticas por essa reforma’ sinaliza uma crítica que desencadeará o início do ponto de tensão visto nesse cenário. Onde se encontra ‘será que quem fechou a escola já ouvi muito vereador falar bobagem aqui’ emprega o uso da indireta como estratégia de direcionar sua fala para um vereador determinado, presente na sessão, sem nomeá-lo diretamente. Essa fala provoca o vereador ao qual está sendo direcionado implicitamente.

Nessa direção de posicionar-se contra o outro, fala ‘desmerecer, né, será que quem faz um desserviço desse pela educação’ ao sinalizar para o enquadre de confronto ainda sem nomeação das partes ao qual direciona o seu dizer. A estratégia empregada nesse momento, em ‘já ouvi muita gente aqui falar de analfabeto, será que tem respeito e compromisso pela educação’, ‘vossa excelência fez uma creche lá no caldeirão e veio um secretário e fechou’ e ‘infelizmente, ainda temos essas gestões retrógradas e ruins pro nosso município’ é de causar um efeito dramático sem empregar termos muito usuais, em uma fala polida, não-identificada quando se trata dos sujeitos envolvidos. Essa narrativa busca envolver os participantes e trazê-los para esse efeito de luta contra o descuido da educação.

Na fala do seguinte vereador, depois da permissão dada pelo presidente, nota-se que o sujeito ao qual as críticas foram voltadas pronuncia-se em sua defesa como sinalizado ao dizer ‘é muito difícil a gente legislar desta maneira’ e ‘ninguém atacou ninguém’ que possibilita visualizar o emprego da estratégia de desculpar-se como forma de preservação da face negativa do sujeito que se defende.

Nota-se que o emprego de estratégias voltadas para a face negativa está em grande número em sua fala, como visto em ‘vereador secretário, vou dizer seu nome’ no qual a nominalização do sujeito ao qual se refere permite uma aproximação formal e ao mesmo tempo com efeito desafiador em relação ao secretário. Em seguida parte para a ofensa pessoal, não com palavras consideradas baixas pela prática oral e informal, mas como um ataque explícito à intelectualidade do outro ao afirmar que ‘você é analfabeto da educação’.

Nesse ponto, o sujeito deixa de lado a preocupação com a defesa da sua face e parte para o ataque direto, sem receio das expectativas quebradas e da imagem que possivelmente será reconstruída no imaginário em torno desse participante nessa dinâmica interativa. Em tom desafiador marca narrativamente ‘vossa excelência abra as escolas, vereador’ como forma de envolvê-lo em sua narrativa e revidar a provocação implícita feita pelo secretário.

O tom imperativo em ‘é, abra as escolas, pode usar seu tempo, eu tô lhe dizer pra você usar’ passa o efeito de que esse sujeito se vê como superior aos demais e que, por isso, supostamente dotado de poder sobre o outro. Esse seria um efeito provocado pela estratégia de dramatizar o seu feito. A repetição em ‘reabra vereador’ permite ver que seu posicionamento está firme e explicitamente contra o alinhamento do outro em torno do tópico das narrativas. Interessante notar que a ameaça à face dos sujeitos não está sendo minimizada, mas

explicitamente construída para atingir ainda que a face do falante seja comprometida em peso em torno do papel que lhe é atribuído nesse cenário.

A próxima fala já remete a uma outra sessão que apresenta a construção de uma narrativa que visa ao autorreconhecimento das atividades legislativas de um participante.

F 09 – VICE-PRESIDENTE: Quero dizer também que dia 21 desse mês, mês de maio, vai iniciar também a nossa turma de inglês e espanhol na Unidade Escolar Baurélio Mangabeira as 4 horas da tarde até as 6 da noite ainda tem vaga pode estar procurando a SUJEITO V no nosso gabinete. E no dia 28 no auditório da prefeitura vai ser realizado também a formatura do curso de empreendedorismo. É um curso que também foi ofertado pelo nosso gabinete em associação com a Instituição Firmino Lacerda em Teresina e vai estar certificando quase 30 alunos no dia 28 na solenidade formatura do curso de empreendedorismo. Já fomentando também a estimulação da capacitação de jovens para que eles possam criar um espírito empreendedor, montar o seu próprio negócio e ao mesmo tempo gerar dentro dos seus empreendimentos gerar empregabilidade pra nossa cidade e ao mesmo tempo se tornar empresários.

Em F 09 ao dizer ‘vai iniciar também a nossa turma e inglês e espanhol’, ‘nosso gabinete’ e ‘no auditório da prefeitura vai ser realizado também a formatura do curso de empreendedorismo. É um curso que também foi ofertado pelo nosso gabinete’ marcam a construção positiva de sua face para os demais participantes em uma imagem de cooperação e trabalho. Trata-se de um jogo de convencer a todos de suas atividades e, portanto, preservar a própria imagem. As escolhas linguísticas como o uso de ‘nossa’ e ‘nosso gabinete’ parte do objetivo de incluir os demais da equipe evitando desconsiderá-los como poderia ser provocado pelo uso de ‘meu gabinete’ ou ‘minha turma’ que permitem a interpretação de trabalho de uma pessoa só.

Portanto, o feito de empregar o plural é uma escolha que evita desentendimentos e principalmente a imagem de ingratidão e/ou egoísmo. Nesse caso, como imagem pública, seria um efeito negativo para esse participante como vereador. Assim, evita-se o destrato com o outro e mantém-se a própria face preservada. Dessa forma, como defendem Brown e Levinson (1987), trata-se de um sistema complexo que suaviza ameaças de face.

Dessa forma, não se trata somente de palavras quando esses participantes e os demais empregam determinados usos linguísticos. O que está em vista são os significados sociais e as funções preteridas. No contexto institucional da Câmara, esses embates são exemplos

formidáveis de mediação e prevenção de conflitos. Portanto, o que é dito e principalmente a forma como se diz é o principal foco dos estudos da polidez.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sessões ordinárias da Câmara Municipal são exemplos de como a interação se realiza em contextos institucionais. Para além do aspecto político, encontra-se riqueza de detalhes em pistas de contextualização e estratégias de polidez que enriquecem os estudos linguísticos. Como visto, os membros interagem entre si por meio de jogos de imagens que são construídos pelas estratégias de preservação das faces. As pistas auxiliam a caracterizar como são interpretados os sentidos e o próprio seguimento da sessão. Trata-se de um contexto que parte de uma base institucional para validar seus dizeres mediante toda a comunidade piripiriense.

Assim, há uma relação necessária entre a interação face-a-face e o contexto que em que os sujeitos se encontram e, dessa forma, quando se trata do institucional, as faces e as práticas de fala são condicionadas mediante protocolos de interação que se diferenciam do rotineiro quando se fala de processo interativo entre falantes. Os participantes apresentam a tendência de empregar estratégias de polidez de forma compartilhada quando estão na mesma comunidade discursiva para a organização retórica de suas falas. Dessa forma, as estratégias são utilizadas de forma conjunta, com padrões semelhantes.

Interaction at the City Hall of Piripiri: contextualization clues and the use of politeness strategies in ordinary sessions

ABSTRACT: Interactions in institutional contexts constitute a dynamic of their own involving the participating subjects through the use of specific linguistic constructions, appropriate to what is happening at the time of interaction. Based on this understanding, this work has as object of study the linguistic interactions in the ordinary sessions that take place in the Municipality of Piripiri - PI. The objective is to investigate the interactional dynamics observed in the ordinary sessions of the City Council of Piripiri as an institutional context, with emphasis on politeness strategies. For this, as specific objectives: to identify the contextualization clues used in the interaction and to analyze the politeness strategies mobilized by the participants. The theoretical foundation of the study are the postulates of Interactional Sociolinguistics proposed by Gumperz (1982) and followers, also seeking support in Levinson (1989), Brown and Levinson (1987), Goffman (1980), in some concepts, still, of Hymes (1964). Data collection corresponds to the months of May and June 2022, in which qualitative research instruments with an ethnographic bias were used: observation, field notes and session recordings. The results point to the use of politeness strategies in order to build narratives that smooth out confrontational settings in addition to characterizing these scenarios as institutional contexts.

KEYWORDS: Interaction. Institutional contexts. Town hall. Contextualization cues. Politeness theory.

REFERÊNCIAS:

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon Press, 1994.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

_____. A situação negligenciada. In: GARCEZ, P. M.; RIBEIRO, B. T. **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013 [1964], p. 13-20.

_____. **Interaccional Ritual: Essays on Face-to-Face Behaviour**. New York: Anchor Books, 1967.

_____. **Quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998 [1982], p. 98-119.

GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HYMES, D. Introduction: toward ethnographies of communication. In: **American Anthropologist**, 1964.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola, 2006.

LEVINSON, S. **Pragmática**. São Paulo: Editorial Teide, 1989.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998 [1982].